

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024) E A IMPLEMENTAÇÃO DA META 4: GARANTIA DE ACESSO, PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

PEREIRA; Delma dos Santos Silva ¹, SANTANA; João Paulo Dória de ²

RESUMO

Resumo

A elaboração e implementação de políticas públicas inclusivas são substanciais como anúncio de uma sociedade alicerçada no acolhimento, respeito aos diferentes modos de ser e aprender, reconfigurando os espaços sociais, especialmente o espaço escolar. Nesse sentido, a questão norteadora desse texto é: como a implementação da meta 4 do PNE no decênio 2014 a 2024 tem sido abordada nas produções científicas? O objetivo desse estudo é analisar as produções científicas sobre a implementação da meta 4 do PNE (2014-2024). Optou-se neste trabalho por realizar uma pesquisa bibliográfica disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Constatou-se que a implementação do Plano Nacional de Educação (2014-2024) tendo como recorte a análise da meta 4, aponta para alguns avanços e desafios para a promoção da política pública de inclusão escolar.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação (2014-2024); Meta 4; Inclusão escolar.

Introdução

Em função do paradigma inclusivo que vem dando visibilidade às pessoas excluídas com diferentes condições sociais, cognitivas, físicas, religiosas, etárias, étnicas, geográficas e de gênero, o Brasil em consonância com acordos internacionais e o reconhecimento de tais diferenças humanas, instituiu políticas públicas de inclusão escolar.

Romper com a concepção de normalidade, visão eugenista que defendia a superioridade genética de determinado grupo social em detrimento a grupos sociais considerados geneticamente inferiores (etnia, classe social, pessoa com deficiência e quaisquer outro desviante do padrão legitimado socialmente) é imprescindível para reparação das atrocidades sucedidas por séculos. A elaboração e implementação de políticas públicas inclusivas são substanciais como anúncio de uma sociedade alicerçada no acolhimento, respeito aos diferentes modos de ser e aprender, reconfigurando os espaços sociais, especialmente o espaço escolar.

É na escola que as políticas públicas de inclusão escolar (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, o Decreto de nº 6.571 de 2008 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, Plano Nacional de Educação de 2014 a 2024, estabelecendo 20 metas, entre outras leis e decretos) se desdobram nas práticas pedagógicas, nos espaços físicos, no

acesso à educação básica, matrícula na rede pública, ingresso nas classes comuns, oferta do

¹ Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, delmasantossilva@yahoo.com.br

² Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, jopasdoria@gmail.com

atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares, municípios com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, escolas com acesso ao ensino regular e formação docente para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos (BRASIL, 2008, p.5).

Nesse sentido, a questão norteadora desse texto é: como a implementação da meta 4 do PNE no decênio 2014 a 2024 tem sido abordada nas produções científicas? Sabendo que a meta supracitada se centralizava na universalização do acesso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). No entanto, é preciso destacar que para além do acesso, o estudante com necessidades educacionais especiais (NEE) precisa também ter condições de participação, desenvolvimento e aprendizagem na escola. Assim, foi traçado como objetivo a análise de produções científicas sobre a implementação da meta 4 do PNE (2014-2024), disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A partir disso, entende-se que as políticas públicas de inclusão escolar se configuram em uma complexa reorganização de concepções, leis e eliminação de barreiras (arquitetônicas, metodológicas, comunicacionais, atitudinais, administrativas), entre outros elementos constitutivos, para efetivar a inclusão escolar. Verificar a implementação da meta 4 do PNE (2014-2024), é imperativo para validar o direito do estudante com NEE não só ao acesso, mas sobretudo a permanência, desenvolvimento e aprendizagem com práticas que favoreçam condições equânimes.

Metodologia

Optou-se neste trabalho por realizar uma pesquisa bibliográfica, que se caracteriza como descritiva e exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema (GIL, 2010). O levantamento das produções foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), por reconhecer a relevância desse banco de dados na disponibilização da produção acadêmica brasileira.

Utilizando o descritor “Plano Nacional de Educação (2014-2024)”, na primeira etapa de busca foram localizados 111 trabalhos. Na segunda triagem para aproximar do objetivo aqui proposto, foi utilizado o descritor “Plano Nacional de Educação e a meta 4”, reduzindo-se para 02 produções. A opção em acrescentar “a meta 4”, foi em razão do que estava definido nesta meta: universalizar o acesso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Entende-se, pois, a relevância de considerar prioritariamente a meta 4, em função de uma política pública que assume a materialização de processos educacionais inclusivos, na medida que atendam às necessidades individuais com promoção de acesso, permanência, desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes com NEE.

As duas produções encontradas para análise foram: “A implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) em 18 Planos Municipais de Educação no Estado do Amazonas” (LEMOS, 2019) e “A Educação Especial e Inclusiva no Plano Nacional de Educação 2014-2024: Mapeamento da Meta 4 na cidade de Porto Nacional no Estado do Tocantins” (TANIHARA, 2021). Em relação a metodologia aplicada a primeira utilizou a pesquisa documental e de campo e a segunda coletou os dados através da pesquisa bibliográfica e documental. Observa-se que ambas recorreram aos documentos oficiais dos municípios participantes para levantamento dos dados, além de entrevista semiestruturada com secretário de educação, objetivando monitorar a implementação da meta 4 do PNE em vigor na garantia do direito do estudante com NEE.

É inegável que houveram importantes iniciativas ao longo das últimas décadas para a consolidação da inclusão escolar com o aumento de estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados em escola comum, cerca de 1.771.430 estudantes no ano de 2023, sendo 62,90% no ensino fundamental, 16% na educação infantil e 12,6% matriculados no ensino médio (INEP/MEC,

¹ Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, delmasantossilva@yahoo.com.br

² Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, jopasdoria@gmail.com

2024). Formação inicial e continuada de professores na perspectiva inclusiva, implantação de salas de recursos multifuncionais, construção de Centros Integrados de Educação Inclusiva, profissional de apoio ao estudante com deficiência, escolas acessíveis, profissionais de LIBRAS, ledor, iniciativas outras asseguradas pelas políticas públicas. Entretanto, ainda é urgente desmistificar concepções enraizadas no imaginário social da não-aprendizagem dos estudantes de NEE, bem como ampliar as políticas públicas intersetoriais (educação e saúde), organizar o tempo no espaço escolar, de modo que a equipe gestora e pedagógica possam planificar intencionalmente estratégias, recursos, atividades, mediação pedagógica que favoreçam a inclusão escolar, de fato.

Lemos (2019) salienta na sua pesquisa alguns entraves no cumprimento do PNE, especificamente a meta 4. Discrepâncias entre dados encontrados em documentos oficiais dos municípios pesquisados e as informações coletadas nas entrevistas, ausência de investimentos, escolas sem acessibilidade arquitetônica, número reduzido de matrículas de estudantes com NEE, entre outros.

Confirmamos a tese de que os Planos municipais de Educação dos 18 municípios do Amazonas estão negligenciando o devido cumprimento da meta 4 do PNE (2014/2024) no que é concernente aos pressupostos da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). O estudo mostra que há uma tendência de negligência do PNE vigente em diversos aspectos apontados pelos resultados da tese (LEMOS, 201, p.182).

O estudo de Tanihara (2021) revela o aumento de matrículas em classes especiais indo na contramão do que está previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, quantitativo inferior de matrículas de estudantes com NEE e desafios para permanência dos estudantes na escola.

É preocupante as informações levantadas pelas produções analisadas, pois indica que se faz necessário medidas que intensifiquem o monitoramento nos municípios e estados brasileiros no cumprimento das políticas públicas inclusivas.

Considerações finais

A partir das produções analisadas, constatou-se que a implementação do Plano Nacional de Educação (2014-2024) tendo como recorte a análise da meta 4 nos municípios investigados, apresentou alguns avanços e muitos desafios. São indícios de como o país precisa aproximar o proposto do observado com foco em alavancar o direito à educação assegurado pela Constituição Federal como um direito de todos. Para tanto, a concretização da inclusão escolar perpassa pelas políticas públicas, desdobramentos no espaço escolar, bem como no engajamento de toda sociedade no monitoramento de forma sistemática das metas propostas no PNE, tornando possível o alcance dos resultados almejados.

É válido pontuar, também, o número reduzido de teses e dissertações sobre a implementação do PNE (2014-2024) e a meta 4 no banco da CAPES, revelando o quanto há lacunas. Assim, é necessário um olhar mais criterioso da comunidade científica no que tange os rumos das políticas públicas de inclusão escolar, bem como o acompanhamento das metas do PNE por parte do governo federal. Assim, compreende-se que as políticas públicas são imprescindíveis na reconfiguração de uma “educação para todos”, “educação inclusiva”. Entretanto, outras ações precisam estar articuladas nos Planos de Educação dos municípios e estados, currículos escolares, práticas pedagógicas, nos espaços físicos, nas ações intersetoriais para que o estudante com NEE e cada estudante com suas necessidades possam ser alcançados pela efetiva inclusão.

Referências

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, 2008. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculadas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao>. Acesso em 10/07/2024

LEMOS, C. de. **A implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) em 18 Planos Municipais de Educação no Estado do Amazonas** (Tese de Doutorado): Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

¹ Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, delmasantossilva@yahoo.com.br

² Secretaria Municipal de Educação de Feira de Santana, jopasdoria@gmail.com

Plano Nacional de Educação (2014-2024)

TANIHARA, I.L.S.R. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024: Mapeamento da Meta 4 na cidade de Porto Nacional no Estado do Tocantins** (Dissertação de Mestrado): Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Nacional de Educação (2014-2024); Meta 4; Inclusão Escolar